CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 | 12 | 2015	19h15min	36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 36ª
(TRIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Israel a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – A minha solicitação já está ultrapassada, Sr. Presidente, porque V.Exa. encerrou a sessão ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu já convoquei o projeto de V.Exa. em primeiro turno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não é esse assunto, Presidente. O Deputado Prof. Israel acatou – naturalmente V.Exa. pode mudar – o nosso pedido de inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 812, de 2015, que é o projeto do remanejamento de 30 milhões de reais para a Caesb.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Wasny de Roure, como Presidente da comissão, apenas para não desfazer, eu conversei sobre a aprovação desse projeto, também fiz uma solicitação em plenário e fiz uma consulta à Deputada Celina Leão. Foi acordado que esse projeto será examinado por nós. Inclusive, eu quero designar V.Exa. Relator do projeto. Nós o apreciaremos na terça-feira.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento, o projeto solicitado não é de derrubada de veto. Ele está com tramitação concluída e é para votação em primeiro turno, se houver *quorum*, é claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu respondo à solicitação de V.Exa. daqui a pouco.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 811, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária anual no valor de R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)".

Aprovado em primeiro turno. Há oito emendas apresentadas apenas de remanejamento.

Apesar de o Relator, em primeiro turno, ter sido o Deputado Agaciel Maia e ter solicitado que não houvesse emenda, os Deputados o convenceram do contrário, Deputado Wasny de Roure. As emendas apresentadas são de segundo turno e são apenas de remanejamento ou correções de emendas dos Parlamentares, por sugestão da própria Secretaria de Planejamento.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de plenário de segundo turno ao Projeto de Lei nº 811, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária anual no valor de R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)".

Emenda nº 1, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, de R$200.000,00 (200 mil reais): aprovada.

Emenda nº 2, do mesmo autor, para escola, a exemplo da anterior, no valor de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais): aprovada.

Emenda nº 3, do mesmo autor, também para escola, no valor de R$660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais): aprovada.

Temos: emenda do Deputado Agaciel Maia para reforma de prédios próprios, no montante de R$1.000.000,00 (um milhão de reais); Emenda nº 5, de autoria da Deputada Luzia de Paula – eu aqui lembro a assessoria da Deputada da complementação das assinaturas dos Srs. Deputados –, de R$462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), para a ampliação da rede de iluminação pública, implantação de postes e luminárias na cidade de Ceilândia. Vou pedir aos colegas Parlamentares que, antes de votarem, assinem.

Temos também a outra emenda, na ordem de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da mesma autora, Deputada Luzia de Paula, de obras de urbanização também na Cidade de Ceilândia. E uma da Mesa Diretora, na ordem de R$31.000.000,00 (trinta e um milhões), em que se cancelam recursos da Câmara Legislativa e se suplementam as rubricas da mesma instituição.

Então, peço aos colegas que, antes de votarem, assinem, porque precisamos de quatro assinaturas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Wasny de Roure, apenas para ganhar tempo, V.Exa. pode adiantar o seu parecer. Os membros da Mesa vão assinar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, o parecer é pelo acolhimento das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 811, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 811, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária anual no valor de R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2015 DATA: 08/12/2015
AUTORIA: ( ) PODER EXECUTIVO (X)DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
TURNO: 1º ( ) 2º (X) RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT				1		
RESULTADO			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO PROF. ISRAEL

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve alguns elogios na condução desse projeto pelo Defensor Chefe, Dr. Ricardo. Vários Parlamentares o elogiaram e eu também não poderia perder a oportunidade de parabenizá-lo e de parabenizar todos os servidores da Defensoria Pública. O Dr. Ricardo é um guerreiro e está aqui, desde o início do ano, fazendo os acompanhamentos junto à Câmara Legislativa. Fica aqui registrado. Parabéns a toda equipe da Defensoria Pública do Distrito Federal, especialmente ao Dr. Ricardo Batista!

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do DF, que "estrutura o quadro de pessoal próprio da Defensoria Pública do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do DF, que "estrutura o quadro de pessoal próprio da Defensoria Pública do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Parabenizo o pessoal da área de apoio da Defensoria, que lutou até o final.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 1º, *caput*, da Lei Complementar nº 894, de 2 de março de 2015, que 'dispõe sobre a movimentação de recursos dos fundos especiais na conta única do tesouro do Distrito Federal e dá outras providências'".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Estamos em processo de votação. Os Deputados que votam favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar

nº 44, de 2015, em segundo turno, votem "sim", os que forem contrários votem "não". Apesar da alegação de haver uma emenda, a Mesa atesta que não foi protocolada nela nenhuma emenda. Portanto, o processo de votação está em andamento.

Solicito ao Sr. Secretário que continue a chamada. (Pausa.)

Em consideração ao Deputado Wasny de Roure e aos demais colegas, informo que houve uma falta de formalismo no protocolo. Em consideração aos nobres colegas que tinham conhecimento de que haveria uma emenda e ao próprio Deputado, ratifico que a emenda existe e que apenas não foi cumprido o rito de protocolo. Portanto, volto o processo à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Esta Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

Designo o Deputado Julio Cesar em substituição ao Deputado Wasny de Roure, para não dar um nó em face dos entendimentos, já que a tendência do Deputado Wasny de Roure, que subscreveu a emenda, era fazer o acolhimento da proposta, mas a orientação feita é no sentido de rejeitar o parecer.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 1º, *caput*, da Lei Complementar nº 894, de 2 de março de 2015, que 'dispõe sobre a movimentação de recursos dos fundos especiais na conta única do tesouro do Distrito Federal e dá outras providências'".

Em relação à emenda apresentada, somos pela inadmissibilidade da mesma.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me reportar à trajetória política do Deputado Cláudio Abrantes, que tem se pautado muito na defesa do segmento da cultura da nossa cidade. Tenho o entendimento de que o governo vive em dificuldades, e queremos ajudar. Mas eu também sou daqueles para quem os princípios são fundamentais. O que nós desejávamos desde o debate na comissão, primeiro era o absoluto esclarecimento da natureza do projeto e os números que são afetos a ele. A segunda questão era firmar um absoluto compromisso com o segmento da cultura. Vai ser uma frustração muito grande, principalmente porque eles estão, exatamente neste momento,

reunidos para discutir, acreditando naquilo que os colegas Deputados falaram para eles quando estiveram na Casa. Portanto, era o mínimo que poderíamos fazer. Serei obrigado a votar contrariamente ao parecer do meu colega Deputado Julio Cesar, a quem prezo muito, mas aqui se trata de ideias. Lamento, porque é um prejuízo para a política do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me a maneira açodada, não foi minha intenção. V.Exa. sempre é uma pessoa extremamente correta.

Para discutir a emenda, *data venia* o posicionamento do nobre Deputado Julio Cesar, quero me posicionar defendendo a emenda, sobretudo porque estamos vivendo uma situação de excepcionalidade, e é o medo do setor cultural que isso se torne regra.

Estamos usando o FAC – Fundo de Apoio à Cultura pela segunda vez para pagamento. Reconhecemos plenamente a dificuldade, como já disse o Deputado Wasny de Roure, estamos dispostos a ajudar, mas quero salientar aos Deputados que o FAC é hoje a única fonte de fomento e de política pública para a área de cultura. Nós temos uma cultura com orçamento reduzido, temos uma lei de incentivo que ainda está engatinhando e temos as emendas parlamentares que os Deputados licitamente dirigem para onde querem. Ou seja, o que é hoje a fonte de financiamento, de fomento à cultura? É o FAC.

Então, eu reconheço que o Governador fez um acordo e cumpriu. Isso é importante, mas nós temos muita dificuldade em aceitar que essa excepcionalidade esteja começando a virar regra. Eu peço isso encarecidamente.

Nós encaminhamos, tentamos um acordo. O setor cultural está discutindo a proposta do governo, que foi encaminhada somente ontem à noite. Eles sequer sabiam que o projeto iria para a pauta hoje! Então conversaram com o Governador, e o Governador passou para eles uma proposta, sobre a qual eles estão conversando. Eu acho que essa pequena comissão de cinco representantes que veio aqui não pode responder por toda a comunidade cultural.

Então o nosso encaminhamento, o que estamos aqui discutindo, pedindo é que seja aprovada a emenda. Já que não se pode deixar a discussão para depois do segundo turno, nós estamos pedindo para que a emenda seja aprovada, excetuando, tirando o FAC do projeto dos fundos.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria apenas de, como Relator desse projeto na CEOF, fazer alguns esclarecimentos aos nossos colegas.

Em determinadas discussões feitas nesta Casa, pode parecer-nos que estamos vencendo, mas, na realidade, não estamos. O que acontece? A cultura, nobres Deputados, foi, apesar de toda essa crise, o setor cujos pagamentos o governo mais priorizou. Isso é um fato. Os Deputados que acompanham a execução atestam isso. O fato de não utilizar os recursos – são 52 milhões –, que podem ser recompostos gradativamente... O governo pode muito bem, em vez de ter os 52 milhões, não autorizar a execução para a cultura, se não for aprovado. Então é o abraço dos afogados. Eu não faço a emenda, e o governo não executa nada, em vez de executar 3 milhões, 4 milhões ou 5 milhões por ano.

Então, dentro desse entendimento – apenas para explicar –, apesar de acolher todas as sugestões colocadas pelo Deputado Wasny de Roure na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre os vícios, sobre o fato de o governo ter gostado de ter utilizado os fundos para realizar pagamentos, a questão principal, em face dos argumentos apresentados, é que, dentro desse cenário de dificuldade, mesmo a flexibilização dos fundos ainda é uma grande vantagem para a Cultura do Distrito Federal. Por isso eu me manifestei favoravelmente na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acredito ser louvável a proposta do Governador no que se refere à prorrogação do prazo da utilização do apurado financeiro para fazer os pagamentos que são necessários, principalmente para a folha de pagamento.

Mas o que nós devemos deixar bem claro, Deputado Agaciel Maia, é o seguinte: eu faço parte de um segmento que tem uma expressão cultural grande nesta cidade. Já usei aquela tribuna inclusive acusando o Secretário de Cultura de não prestigiar o segmento, porque nesta Casa há nove Parlamentares que declaram que fazem parte dessa expressão cultural, e, infelizmente, segundo essa informação, o Secretário de Cultura usa esse tipo de situação para não atender o segmento. Por exemplo, este ano foi a primeira vez em que o Dia do Evangélico não teve nenhum tipo de comemoração e outras coisas mais.

O Fundo de Apoio à Cultura nunca ou poucas vezes apoiou projetos culturais do segmento *gospel*. Eu não estou falando de *show,* não. Eu estou falando de realização de peças de teatro, realização de filmes, realização de gravação de CDs e DVDs. Aqui eu quero citar um exemplo. Há pessoas que dizem que o segmento *gospel* não tem qualidade. Eu queria perguntar se as séries que a *Record* belissimamente apresentou, que são *O Rei Davi* – que apresentou agora – e *Os Dez Mandamentos*, não têm qualidade? Como justificar a não utilização do Fundo de Apoio à Cultura?

Nós estamos aprovando a utilização de 32 fundos, excetuando o Fundo de Amparo à Cultura, somente. Os 32 fundos restantes vão ser aprovados.

Então, eu quero pedir algo aos nobres Parlamentares, mesmo, Deputado Cláudio Abrantes, que o meu segmento cultural, que é o segmento *gospel*, não seja comtemplado dentro do Fundo de Apoio à Cultura. Nunca foi! Nenhum tipo de projeto foi aprovado, apresentado, Deputado Agaciel Maia. Sequer passa na habilitação. Mas eu não posso, só porque o Fundo de Apoio à Cultura não é utilizado para o segmento que eu represento, sepultar a cultura no Distrito Federal. Nós teremos no ano que vem diversos eventos culturais que serão primordiais para incentivar a economia da nossa cidade. Então, eu quero pedir aos nobres Deputados essa sensibilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão do parecer à emenda, em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com...

Eu vou fazer a votação nominal, porque alguns colegas estão levantando as duas mãos, e estão sendo contados dois votos.

Explicando aos colegas: houve um parecer do Deputado Julio Cesar, favorável. E houve uma emenda apresentada pelo Deputado Cláudio Abrantes. Os Deputados que votarem "sim" votarão com o Deputado Julio Cesar. Os Deputados que votarem "não" votarão na emenda apresentada pelo Deputado Cláudio Abrantes. O parecer foi pela inadmissibilidade da emenda.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. tem ciência disso e que eu não precisaria nem lembrá-lo, mas, neste caso, as emendas também precisam de 13 votos favoráveis para poderem prosperar.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – É apenas o parecer. Eu sou consciente disso. Nós estamos votando o parecer, nobre Deputado Chico Vigilante.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados. Quem votar "sim" vota pela inadmissibilidade da emenda apresentada pelo Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu voto vai continuar coerente até o fim. Eu batalhei ali, como um condenado, para deixar isso para terça-feira. E dissemos mais, eu e o Deputado Bispo Renato Andrade: que podia lotar a galeria, que o nosso voto estaria garantido. Colocaram hoje. Portanto, eu continuo me abstendo de qualquer votação que seja feita com relação a esse assunto.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2015 DATA: 08/12/2015
AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO
PARECER DA CEOF, RELATOR DEPUTADO JULIO CESAR, REJEITA A EMENDA Nº 1
TURNO: 1º ( ) 2º (X) RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT			1			
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			13	7	1	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
13	VOTOS SIM
7	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO PROF. ISRAEL

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 7 votos contrários e 1 abstenção. Houve 3 ausências.

O parecer do nobre Deputado Julio Cesar está aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para que fique claro, que fique registrado, eu continuo me abstendo. Portanto, eu opto pela abstenção.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2015 DATA: 08/12/2015
AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO
TURNO: 1º ( ) 2º (X) RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT			1			
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE			1			
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					1
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN			1			
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			14	4	3	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
14	VOTOS SIM
4	VOTOS NÃO
3	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO PROF. ISRAEL

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 4 votos contrários e 3 abstenções. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 1º, *caput*, da Lei Complementar nº 894, de 2 de março de 2015, que 'dispõe sobre a movimentação de recursos dos fundos especiais na conta única do tesouro do Distrito Federal e dá outras providências'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 744, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 1º da Lei nº 3.269, de 30 de dezembro de 2003, que 'estabelece alíquotas do Imposto sobre Serviços – ISS às atividades que especifica'".

Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia pedido declaração de voto no projeto anterior...

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado, já está superado, mas aceitei até emenda que não estava protocolada, não vou cercear o direito de V.Exa. Portanto, V.Exa. pode fazer a declaração de voto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para anunciar o meu voto "sim" depois da rejeição da nossa emenda, que V.Exa., de forma muito civilizada e que contribuiu para nós, acatou, mas foi rejeitada. Então fica o acordo inicial que havíamos estabelecido com o governo. Faço questão de lê-lo para que conste das notas taquigráficas e para que possamos depois provar que honramos o nosso compromisso.

Para que o FAC ficasse inserido, o governo assumiu o compromisso de, em 2015, pagar no primeiro semestre de 2016 tudo o que foi efetivado em 2015 na área de cultura.

Segundo tópico, no primeiro semestre de 2016 será lançado o edital do FAC e este mesmo será executado no segundo semestre de 2016. Executados pela primeira vez no mesmo ano.

E, no segundo semestre de 2017, o Governador se empenhará junto a este Deputado pela aprovação da PELO nº 13, que tramita nessa Casa, que proibirá o contingenciamento e o remanejamento de fundos do FAC para os anos vindouros.

Então, que fique registrado para que o setor cultural e este Deputado possam posteriormente cobrar o compromisso assumido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o Projeto de Lei nº 744, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 744, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 1º da Lei nº 3.269, de 30 de dezembro de 2003,

que 'estabelece alíquotas do Imposto sobre Serviços – ISS às atividades que especifica'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Deputada Celina Leão, nós temos o Projeto de Lei nº 958. Como esta Presidência foi exercida por V.Exa., pelo Deputado Bispo Renato Andrade e, recentemente, por mim, há um questionamento se votaremos este projeto.

Eu quero explicar ao pessoal que está na galeria até agora que há necessidade de concordância dos Líderes para que o coloquemos na Ordem do Dia.

Consulto os Líderes se vamos votá-lo. Não quero ficar com a responsabilidade sozinho.

Pergunto ao Deputado Chico Vigilante se há acordo para votarmos o projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência retifica a ementa do item nº 170, da Ordem do Dia de 02/12/2015: Moção nº 273, de 2015, de autoria de vários Deputados, que "manifesta repúdio à ação de derrubadas de casa e templos religiosos na cidade de Ceilândia, no Condomínio Sol Nascente, por parte da AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal".

Outra retificação, a Mensagem do Executivo nº 288, de 2015, que "dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execução fiscal e regula a inscrição e cobrança da dívida ativa do Distrito Federal", refere-se ao projeto de lei complementar.

Eu quero esclarecer ao Plenário que todos os itens acordados pelas lideranças foram votados em primeiro e segundo turnos. Quanto ao Projeto de Lei nº 958 há um questionamento. Pergunto aos Líderes se há acordo para que votemos hoje ou não.

Eu gostaria de esclarecer que se trata de discussão e votação do Projeto de Lei nº 958, de 2012, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "integra o serviço complementar das linhas do modo rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, os veículos que especifica, e dá outras providências".

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o pedido de questão de ordem foi meu. Obviamente, pelo que temos discutido, acho que alguns Líderes precisam discutir com seus blocos. Acredito que é melhor haver um debate com cada bloco, com cada Líder, uma discussão melhor com seus blocos para que possamos chegar a um consenso.

Quero lembrar que o processo teve a sua tramitação concluída, está pronto para ser incluído na Ordem do Dia e votado.

Tendo em vista que é necessário que os Líderes tenham tempo para discutir nos seus blocos esse tipo de pauta, é importante... E eu quero pedir para a associação também procurar, ainda hoje, todos os Líderes dos blocos para que se construa um acordo e para que possamos colocar esse projeto em votação o quanto antes. Para que nenhum Deputado fique desconfortável.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. está retirando a questão de ordem?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Estou retirando a questão de ordem até que haja um acordo de todos os blocos sobre essa questão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um esclarecimento, e acho importante a ponderação do Deputado Rodrigo Delmasso. Nós estamos no limite do *quorum* e há Deputados que são contrários à proposta, ou seja, se a proposta entrar em votação, ela corre sério risco de ser derrotada.

O que eu gostaria de propor aqui, e o Deputado Rodrigo Delmasso já levantou a questão de ordem, é discutir isso com mais amplitude. Por quê? Inclusive, há um projeto de lei de minha autoria que é parecido, porém diferente do da Deputada Eliana.

Ele prevê que, em qualquer licitação pública, qualquer uma delas, haja um serviço garantido para o transporte complementar, o que não significa o retorno de vans, como tem sido vendido para a imprensa; o que não significa o retorno das vans e, sim, o trabalho de micro-ônibus. Isso precisa ser explicado, isso tem que ser falado no microfone, porque muita gente fala: "Não. É o retorno de vans."

Eu quero pedir para vocês procurarem os Líderes a fim de que possamos construir um projeto de lei que garanta, primeiramente, quem já está no mercado, que são os pequenos. Além disso, a amplitude desse serviço, Deputado. Hoje, as grandes empresas não querem fazer vários serviços aqui no Distrito Federal. Há muitos condomínios, muitos lugares que nenhuma empresa quer fazer, ela não quer fazer e não deixa quem quer fazer. Esse é o grande problema!

Então, gostaríamos de pedir essa discussão também e colocar com clareza o que está acontecendo. Se colocarmos um projeto... Vocês estão na expectativa de vê-lo aprovado, mas estamos no limite do *quorum* com três, quatro Deputados contrários, acho que não vamos atender a expectativa de ninguém.

Portanto, o que eu solicito, Sr. Presidente, é que a gente construa um entendimento, talvez numa reunião nesta semana ainda. Vamos ter votações segunda, terça, quarta e quinta da semana que vem. Procurem os Líderes. Vou falar com o Deputado Rodrigo Delmasso, que foi quem articulou, para marcar uma reunião com os Líderes para discutir isso.

É esse o encaminhamento, Sr. Presidente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta de votação de amanhã o Projeto de Lei nº 737, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Esta Presidência informa a todos que a sessão externa do projeto Câmara em Movimento que seria realizada amanhã, dia 9 de dezembro de 2015, no Riacho Fundo I, foi adiada para data a ser divulgada.

Então, eu queria comunicar que a Presidência não tem o poder de colocar a matéria em votação sem o acordo de Líderes. Eu gostaria de esclarecer a vocês que é muito mais importante – estou dizendo que sou favorável, o Roberto sabe que votei a favor desse projeto na comissão – e inteligente que vocês construam junto aos Líderes para que o projeto seja aprovado, do que correrem o risco de o projeto ser colocado numa sessão em final de expediente.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço aos nobres Deputados e assessorias aqui presentes. Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h.)